## ATA DA 53ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS -

2 CTAS

1

3 Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 09h, por videoconferência através da plataforma Zoom, ocorreu a 53ª Reunião da Câmara 4 Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, instituída pela Resolução nº 23 de 06 de 5 6 novembro de 2008, com a seguinte pauta: I. Aprovar a ata da 52ª reunião da CT; II. 7 Deliberar quanto à dispensa de outorga para o uso de água proveniente de atividade 8 de mineração. Estavam presentes na reunião: Sra. Cleciani Comelli, representante da 9 **SEMA**; Sra. Debora Aparecida Garcia Guedes, representante da **SINFRA**; Sr. Álvaro 10 Fernando Cícero Leite, representante do Instituto Ação Verde; Sra. Kálita Cortiana 11 Seidel, representante da **FIEMT**; Sra. Alessandra Panizi Souza, representante da 12 APROFIR; Sr. Vinicius Vieira, representante da AGEMAT; Sra. Pamela Sangaleti de 13 Souza e Sra. Luciana Regina Egewarth, representantes da vaga 02 dos CBH-RH 14 Amazônica; Sr. Gilberto Tomaz Filho, convidado da CTAS e, Sra. Danielly Guia da 15 Silva, secretária do CEHIDRO. Inicialmente é posta em deliberação a análise da ata da 16 52ª reunião da CTAS. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração. 17 Após, passou-se deliberação quanto à dispensa de outorga para o uso de água 18 proveniente de atividade de mineração. A presidente solicitou atualização quanto aos 19 estudos sobre procedimentos de outorga, em outros estados, relacionados ao 20 rebaixamento de água em atividades de mineração. A Sra. Cleciani Comelli informou 21 que foi realizado levantamento das legislações de alguns estados (Minas Gerais, Goiás, 22 Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo). Destacou que: A maioria dos estados analisados 23 prevê procedimentos de outorga voltados ao rebaixamento em mineração; São Paulo 24 é o único estado entre os consultados que não dispõe de procedimento específico para 25 o rebaixamento; Minas Gerais possui arcabouço mais completo, contemplando 26 mineração, obras civis e descontaminação de aquíferos. O engenheiro agrônomo, 27 Gilberto Tomaz, relatou situação de empreendimento de mineração de calcário em que 28 ocorre bombeamento contínuo de água acumulada em cava. Segundo ele, a água 29 atualmente é descartada, mas há interesse do empreendedor em utilizá-la para 30 irrigação de pastagem (instalação de pivô central). Destacou que: A água é proveniente 31 de cava resultante da mineração; O bombeamento ocorre 24 horas por dia sem 32 alteração perceptível do nível; Existe licenciamento minerário vigente; A intenção é 33 aproveitar a água de forma racional, reduzindo desperdícios e impactos ambientais. A

Sra. Cleciani Comelli indagou sobre termos da licença e relação do rebaixamento com o licenciamento ambiental. A presidente salientou a necessidade de compreender como a Coordenadoria de Mineração trata a questão do uso da água de cava dentro do processo de licenciamento. O Sr. Vinícius Vieira destacou a Resolução nº 29/2002 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que já prevê outorga para rebaixamento em mineração, e destacou a necessidade de estudos técnicos para identificar a origem da água. A Sra. Pamela Sangaleti e Sra. Luciana Egewarth reforçaram a dificuldade de análise sem a presença de representantes da área de mineração e propuseram nova reunião com a participação de técnicos da Coordenadoria. O Sr. Álvaro Leite manifestou preocupação quanto à insuficiência de documentos apresentados e ressaltou a importância de relatórios fotográficos e dados técnicos mais detalhados para subsidiar a discussão. Após amplo debate, deliberou-se pelos seguintes encaminhamentos: I. Convidar servidores da Coordenadoria de Mineração/SEMA, bem como especialistas externos para subsidiar os trabalhos; II. Considerar diferenciação de procedimentos conforme a tipologia geológica; III. Dar continuidade à elaboração de proposta de resolução estadual sobre rebaixamento e uso de água em mineração, com base em legislações já existentes em outros estados e na normativa federal vigente. IV. A próxima reunião da CTAS restou agendada para 13 de outubro de 2025, às 09h. Nada mais havendo a declarar a Presidente encerrou a reunião às 10h08min. e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA.

5455

56

57

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

## Alessandra Panizi Souza

Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas